

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais - CAU MG, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado na Avenida Getúlio Vargas, 447 - 11º andar, bairro Funcionários - Cep: 30112-020

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 01*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 02*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 03*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU MG, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Atualmente contabilizamos diretamente na despesa as aquisições de bens de consumo. A partir de 2017, temos previsão de iniciar o controle de nossos estoque, utilizando inclusive módulo específico do sistema da Implanta Informática.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Bens	Anos
Máquinas e Equipamentos	05
Veículos	05
Móveis e Utensílios	05
Equipamentos Processamento de Dados	03
Utensílios de Copa e Cozinha	10
Sistemas Processamento de Dados	03 ¹

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Em atendimento à legislação vigente, todas as obrigações relativas ao exercício de 2016, estão devidamente contabilizadas em Restos a Pagar.

¹ Em alguns casos como nas Licenças de uso de software, a amortização ocorre em consonância com o tempo de uso registrado no contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Até o exercício de 2016 não temos demanda trabalhista e civil com possibilidades de perda das ações, que justifiquem estas provisões.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 06 (seis).

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, não sendo obrigatório estar adimplente para o exercício da profissão.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	0,00	0,00
Caixa	71.335,00	258.395,07
Aplicações Financeiras	3.165.323,05	2.297.276,61
	<u>3.236.658,05</u>	<u>2.555.671,68</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2 0 1 6	2 0 1 5
Contas a Receber de Anuidades	2.711.262,52	239.921,26
(-) Perda Estimada Créditos Liquidação Duvidosa	353.672,14	0,00
	<u>2.357.590,38</u>	<u>239.921,26</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2 0 1 6	2 0 1 5
A Vencer	0,00	0,00
Anuidades do Exercício de 2016	1.249.402,66	0,00
Anuidades do Exercício de 2015	689.700,67	88.365,51
Anuidades do Exercício de 2014	469.264,50	0,00
Anuidades do Exercício de 2013	302.894,69	0,00
Anuidades do Exercício de 2012	163.115,79	0,00
(-) Perda Estimada Créditos Liquidação Duvidosa	353.672,14	0,00
	<u>2.520.706,17</u>	<u>88.365,51</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada. Esta Provisão foi contabilizada apenas para o exercício de 2012.

7. Estoques

As aquisições de bens de consumo, são contabilizadas diretamente nas Variações Patrimoniais Diminutivas. A partir de 2017, temos previsão de iniciar utilização do módulo específico do Sistema Implanta Informática, para controle de nosso estoque.

8. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido em 2016
Móveis e Utensílios	287.899,87	171.506,97	116.392,90
Máquinas e Equipamentos	48.113,92	19.020,60	29.093,32
Utensílios de Copa e Cozinha	4.094,00	1.189,60	2.904,40
Veículos	245.500,00	55.237,44	190.262,56
Equipamentos Processamento de Dados	262.746,89	220.054,97	42.691,92
Sistemas Processamento de Dados	51.822,19	50.215,37	1.606,82
Total	<u>900.176,87</u>	<u>517.224,95</u>	<u>382.951,92</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Móveis e Utensílios	284.109,87	3.790,00	0,00	171.506,97	116.392,90
Máquinas e Equipamentos	30.822,49	17.291,53	0,00	19.020,60	29.093,42
Utensílios de Copa e Cozinha	4.253,90	0,00	159,90	1.189,60	2.904,40
Veículos	245.500,00	0,00	0,00	55.237,44	190.262,56
Equipamentos Processamento de Dados	262.746,89	1.712,86	0,10	220.146,76	44.312,99
Total	874.433,15	22.794,39	160,00	467.101,37	382.966,17

9. Intangível

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2016
Sistemas Processamento de Dados	47.302,19	4.520,00	0,00	50.215,37	1.606,82
Total	47.302,19	4.520,00	0,00	50.215,37	1.606,82

10. Fornecedores a pagar

	2016	2015
Prestação de serviço	175.963,23	80.303,85
Fornecedor de materiais	0,00	0,00
Total	175.963,23	85.303,95

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e encargos sociais	70.577,42	59.345,02
Provisório para férias e encargos sociais	322.225,85	259.311,73
IRRF a recolher	42.075,99	18.252,38
PIS e COFINS a recolher	4.113,10	1.751,33
Outros impostos a recolher	0,00	488,46
Passivo circulante	564.278,40	393.348,55
Passivo não circulante	0,00	0,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, constam na Carta de Circularização de nossa Gerência Jurídica a qual considera como “remota” a possibilidade de perda nas ações dos reclamantes Pedrilho Ferrari Veras e Luciana Milhomens Oliveira.

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências não foram constituídas considerando parecer feito pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como remota.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016, não existem provisões decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade remota de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

12. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Conforme Lei 12.378 na qual foi instituído o CAU/MG não há previsão de remuneração dos diretores e dos órgãos colegiados que corresponde a benefícios de curto prazo.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

13. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2 0 1 6	2 0 1 5
Depreciação e amortização	146.450,19	21.783,68
Despesas com pessoal	4.234.430,90	3.894.229,13
Despesas com contratação de terceiros	1.234.351,59	1.654.339,79
Impostos, taxas e contribuições	917,94	1.045,76
Outras despesas	1.938.523,65	1.100.525,94
	7.554.674,27	6.863.924,30

14. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2 0 1 6	2 0 1 5
Varição Patrimonial Aumentativa (Receitas)	9.949.982,01	6.708.495,89
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesas)	7.432.121,30	6.863.924,30
(=) Superávit / Déficit Patrimonial Apurado	<u>2.517.860,71</u>	<u>-155.428,41</u>
Resultado Orçamentário	2 0 1 6	2 0 1 5
Receita Orçamentária Arrecadada	7.315.524,97	6.827.116,06
(-) Despesas Empenhadas	6.875.932,82	6.746.745,98
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>439.592,15</u>	<u>80.370,08</u>
Resultado Financeiro	2 0 1 6	2 0 1 5
Saldo Disponível Apurado	3.236.658,05	2.605.700,91
(-) Passivo Financeiro	564.278,40	427.815,23
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>2.672.379,65</u>	<u>2.177.885,68</u>

15. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Tipos de Coberturas	Importância Segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.885.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão	100% Tabela Fipe

Temos cobertura de seguro para garantia de nossos móveis e equipamentos em cada um Posto Avançado de Atendimento nas cidades de Montes Claros, Uberlândia, Ipatinga, Juiz de Fora e Poços de Caldas. Nestes seguros estão inclusos danos causados à edificações das sedes de cada posto de atendimento (Seccionais).

O valor da cobertura relativo à sede é de R\$ 1.400.000,00 contratado junto a Mapfre Seguros, vigência desta apólice 17-10-2017.

16. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

17. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

Belo Horizonte-MG, 31 de dezembro de 2016.

Geraldo Magela Pereira de Souza
CRC MG nº 75.333/0
Assessor Contábil do CAU MG

Sandra Nogueira de Araújo
CORECON MG 0887
Gerente Adm Financeiro